

ARTIGO

ORIGENS DA “IDEOLOGIA DE GÊNERO”: O ATIVISMO ANTIFEMINISTA DE CHRISTINA HOFF SOMMERS

SILVIANA FERNANDES MARIZ

Pesquisadora das Relações de Gêneros e Sexualidades na História, licenciada e Mestre em História (UFC), doutora em Educação Brasileira (UFC), docente do Curso de Licenciatura em História, Campus Ceará, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB)

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3561-2344>

RESUMO: Este artigo analisa o surgimento das expressões “ideologia de gênero” e “feminismo de gênero” concebidas pela filósofa estadunidense Christina Hoff Sommers, que sistematizou uma variedade de ataques contra diferentes correntes do feminismo em voga nos Estados Unidos. O pensamento de Sommers é estratégico para compreender o processo de articulação e de derrogação do gênero como ideologia, adotado em círculos conservadores e liberais.

PALAVRAS-CHAVE: “Feminismo de Gênero”; “Ideologia de Gênero”; Christina Hoff Sommers.

ORIGINS OF "GENDER IDEOLOGY": THE ANTI-FEMINIST ACTIVISM OF CHRISTINA HOFF SOMMERS

ABSTRACT: This article analyzes the emergence of the expressions "gender ideology" and "gender feminism" conceived by the American philosopher Christina Hoff Sommers, who systematized a variety of attacks against different currents of feminism in vogue in the United States. Sommers' thought is strategic to understand the process of articulation and derogation of gender as an ideology, adopted in conservative and liberal circles.

KEYWORDS: "Gender Feminism"; "Gender Ideology"; Christina Hoff Sommers.

Recebido em: 28/06/2021

Aprovado em: 26/07/2021

DOI: <http://dx.doi.org/10.23925/2176-2767.2021v72p30-56>

Introdução

Convencionou-se, pelo menos desde meados da década de 2010, entre diferentes estudiosas/os no Brasil (MACHADO, 2017; MISKOLCI & CAMPANA, 2017; DIP, 2018; MISKOLCI, 2018; LACERDA, 2019; GARRAYO & TOLDY, 2020), a ideia de que o uso derogatório de gênero, adotado como sendo uma ideologia, teve sua gênese na 4ª Conferência Mundial das Nações Unidas sobre as Mulheres, realizada, em 1995, em Pequim. Neste evento, lideranças religiosas católicas, somadas às forças políticas do espectro da direita (oriundos de diferentes países, mas com destaque para os Estados Unidos) pressionaram e conseguiram impor o esvaziamento político-filosófico do conceito.

De fato, conforme consta na documentação das Nações Unidas, foi requerida a formação de um grupo de contato informal que, reunido duas vezes em Nova York, discutiu e definiu antecipadamente “um acordo sobre o significado comumente compreendido do termo ‘gênero’” (NU, 1995, p. 1), a ser adotado nas reuniões e nos documentos finais da 4ª Conferência. Tão surpreendente quanto a iniciativa de estabelecer um significado único para “gênero” foi o próprio conteúdo em si do tal “acordo”: em total posição evasiva, o relatório afirma, antes de tudo, o esvaziamento conceitual do termo, colocando-o na condição de palavra “comumente usada” e “entendida em seu sentido comum”, e assim, extraindo dele qualquer profundidade teórica já acumulada desde a sua emergência nos diferentes campos de estudos das humanidades, em círculos acadêmicos e movimentos sociais feministas, possibilitando que o conceito fosse enxertado com interpretações conservadoras.

Scott (2019; 2012) e Butler (2004) avaliam que o conceito de gênero, desde então, tem se constituído como um lugar de intensa luta e disputa política, e, portanto, “não há uma definição simples de gênero que seja suficiente e que mais importante do que chegar a uma definição rigorosa e aplicável é a capacidade de rastrear as viagens do termo através da cultura pública.” (BUTLER, 2004, p. 184). Dito isto, admitimos como intenção deste artigo, rastrear as viagens do conceito de gênero na cultura pública antes da 4ª Conferência e assim identificar de onde emergiram os conteúdos, distorcidos e negacionistas, que lhe foram inoculados após o seu

esvaziamento teórico e político, promovido pelas lideranças conservadoras presentes naquele ano de 1995 em Pequim.

Após rastreamento dos usos da expressão “ideologia de gênero”, em diferentes fontes, bibliográficas e audiovisuais, físicas e virtuais, foi possível entender que, na verdade, o emprego da expressão “ideologia de gênero” se constitui como um empréstimo tomado do pensamento da “feminista liberal” Christina Hoff Sommers (1990b, 1990c, 1994) cuja formação e atuação acadêmica como professora de filosofia, ao longo dos anos de 1990, acabou servindo de esteio para que ela granjeasse espaço e popularidade midiática como ativa combatente dos feminismos não liberais e anticapitalistas.

Em termos metodológicos, optamos por nos ancorar na análise de conteúdo, como técnica hermenêutica de comunicações, seja livros, artigos, entrevistas ou debates, através da qual se realiza a interpretação do sentido de palavras, de temas-chave e de suas combinações entre si (como "gênero", "ideologia", "feminismo", "feminista", "ideologia de gênero", "ideologia do feminismo", "ideologia feminista") buscando localizar conteúdos manifestos e latentes, bem como produzir inferências¹ capazes de situar sua produção no âmbito de um *corpus* antifeminista de mais longa duração (BARDIN, 1977).

Gênero como lugar de contestação

Com base na ampla reflexão sobre os impactos das documentações produzidas no contexto da 4ª Conferência, nas várias/os reflexões de pesquisadoras/es brasileiras/os (MACHADO, 2017; MISKOLCI & CAMPANA, 2017; DIP, 2018; MISKOLCI, 2018; LACERDA, 2019; GARRAYO & TOLDY, 2020), é comum que o Vaticano seja apontado como pista matricial e principal agente para a derrogação conservadora do referido termo.

Além do próprio Vaticano, dois ativistas católicos são identificados na nascente desta apropriação política conservadora do conceito de gênero e, por extensão, do próprio feminismo: Dale O’Leary e seu livro *The Gender Agenda* (1996), amplamente divulgado no Brasil através do sítio eletrônico do movimento direitista Escola Sem Partido (MESP); e o advogado, professor

¹ "O ato de inferir significa a realização de uma operação lógica, pela qual se admite uma proposição em virtude de sua ligação com outras proposições já aceitas como verdadeiras" (BARDIN, p. 1977, p. 39).

universitário e ativista antiaborto argentino, Jorge Scala que, em 2010, publicou o livro *La Ideologia de Genero o El Genero como Herramienta de Poder*, publicado no Brasil sob o título *Ideologia de Gênero, o neototalitarismo e a morte da família* (MACHADO, 2017; MISKOLCI & CAMPANA, 2017; DIP, 2018; MISKOLCI, 2018; LACERDA, 2019)². É possível localizar na historiadora Joan Scott (2019; 2012) e na filósofa Judith Butler (2004) a ancoragem analítica que levou à construção desse consenso nacional sobre o uso derogatório de gênero como ideologia.

Apesar de serem importantes referenciais de disseminação das narrativas que vaticinam a existência de uma suposta “ideologia de gênero”, a 4ª Conferência das Nações Unidas sobre as Mulheres, de 1995, juntamente com os textos pontifícios e os de O’Leary (1996) e de Scala (2011), na verdade, não passam daquilo que se convencionou chamar, através de uso de metáfora, como “a ponta do iceberg”. Constituindo-se, então, em agentes disseminadores e reprodutores do gênero (e do feminismo) como ideologia, eles servem muito mais como rastilho de pólvora, ou *senal indiciário* (GINZBURG, 1989), que se deve rastrear para chegar ao epicentro de dispersão dessa distorção conceitual. Portanto, é preciso direcionar o olhar para antes de 1995 e para além da 4ª Conferência, do Vaticano e de suas forças de militância conservadora. É preciso, na verdade, olhar para dentro dos próprios círculos feministas, de onde, a partir de 1980, se elevam vozes e posicionamentos reacionários e de ataque ao próprio feminismo como complexo conjunto político-filosófico.

Com isto, não se quer afirmar que as análises de Scott (2019; 2012) e de Butler (2004) estejam equivocadas e devam ser descartadas. Ao contrário disso, além de ambas terem apontado muito acertadamente para os caminhos por onde esta dispersão ocorreu, elas ainda sinalizaram para onde devemos orientar nosso olhar: para as insistentes disputas dentro do próprio campo feminista de produção de conhecimento.

No caso de Scott, em particular, não foi à toa ela ter comparado gênero à Linha Maginot (SCOTT, 2019, p. 320), admitindo que, de modo similar, o conceito tem se revelado ineficiente para evitar incursões e assaltos aos seus

²Além da 4ª Conferência e dos livros de O’Leary (1996) e de Scala (2011), algumas/uns pesquisadoras/es, adicionalmente, localizam em textos papais as origens do uso derogatório do conceito. Cf. MISKOLCI e CAMPANA, 2017; LACERDA, 2019.

sentidos construídos teoricamente pelos movimentos e círculos acadêmicos feministas. Entendendo, portanto, que as razões para essa ineficiência não estão localizadas apenas do lado de lá, das/os que não são feministas, Scott endereça suas críticas especialmente às feministas ocidentais do campo da psicologia evolutiva que têm feito uso do conceito de gênero sem investir na separação entre as designações sociais e os referentes físicos (SCOTT, 2019, p. 323), insistindo, portanto, na ideia de gênero como dependente do sexo. Para ela, a ideia de gênero como universal e dependente de um corpo biológico sexuado para se desenvolver tem servido tão somente para atestar a sujeição do gênero ao sexo, daí advindo a confirmação de que o biológico, numa abordagem a-histórica, seria o fator determinante.

Com efeito, Scott (2019) aponta, de modo pioneiro³, para os movimentos de captura e de uso derogatório do conceito de gênero que começam a ocorrer no contexto de viragem do século XX para o XXI. Para ela, o avanço das investidas conservadoras de apropriação e esvaziamento do referido termo já era evidente, constituindo-se inclusive como um movimento transnacional que tinha nos Estados Unidos o seu lugar de partida para promover, por um lado, a oposição entre ciência e feminismo/gênero, demarcando-se a redução dos estudos de gênero (porque tributários dos movimentos sociais e círculos acadêmicos feministas) à condição de “não ciência” (o que posteriormente vai ser formulado em termos de “ideologia”); e, por outro, a conflagração de diferentes forças conservadoras, incluindo cristãs de renovação carismática (católica e neo/pentecostal), a combater “gênero” no contexto do que será denominado como “guerra cultural”⁴ (SCOTT, 2012).

Adicionalmente, Scott (2019) destaca ainda a apropriação do conceito de gênero por organismos internacionais de defesa dos interesses capitalistas neoliberais, a exemplo do Banco Mundial e do próprio Fundo Monetário Internacional (FMI); e, por outro, foi transformado até mesmo em dispositivo

³ Apesar de, no Brasil, seu texto ter sido publicado apenas em 2019, trata-se, na verdade, de um *paper* apresentado, em 2000, no seminário *Production of the Past* ocorrido na Universidade de Columbia (Nova York, Estados Unidos) e intitulado *Millennial Fantasies: the future of gender in the 21st century*. Cf. SCOTT, 2019.

⁴ Para fins deste artigo, entendemos "Guerra Cultural" como expressão do deslocamento analítico em que as causas explicativas para os conflitos nacionais de um Estado, em seus contextos externos, mas até mesmo internos, deixam de repousar em fatores econômicos da exploração das forças de trabalho e passam para o domínio das diferenças político-ideológicas, agora entendidas em suas dimensões culturais e em termos de critérios de raça/etnia/cor; sexualidade/gênero; e, religiosidade. Cf. SANTOS, 2021.

de intervenção sobre povos e nações periféricas do capitalismo mundial, supostamente inseridos em um “choque de civilizações” (HUNTINGTON, 1997) em que gênero passou a ser adotado como índice de uma suposta superioridade civilizacional europeia⁵. Desse modo, ambos os percursos de captura do termo ocorreram com a devida aquiescência e participação de inúmeras feministas, a partir de então identificadas como praticantes de certo “feminismo liberal”.

De modo similar, Butler (2004) também critica as tentativas de fixar o gênero como o lugar da diferença sexual aprisionada a uma suposta essência biológica, dada e imutável, que escapa à análise histórica. Igualmente à Scott (2019; 2012), ela não deixa de mencionar a 4ª Conferência Mundial das Nações Unidas sobre as Mulheres, de 1995, em Pequim e de sinalizar para os modos como o Vaticano, através de suas lideranças, se aproveitou das dissensões internas ao próprio campo feminista para apresentar interpretações aparentemente (e apenas aparentemente!) aproximadas do que, por muito tempo, vinha sendo defendido por muitas/os a partir do próprio feminismo, ou seja, de que gênero não passaria de um efeito do sexo e que a diferença sexual, pautada na biologia, seria o fundamento para a definição das relações entre os sexos.

O embotamento conceitual provocado pelo jogo de posições e narrativas produzidas por parte das representações conservadoras foi tamanho a ponto de, finalmente, levar a uma aproximação entre os estudos de gênero (ou feministas) e os estudos *queer*. Restou, então, às lideranças religiosas e de direita, forçar o completo esvaziamento conceitual de gênero, dele apagando todo o acúmulo político e teórico, ao mesmo tempo em que demonizando o próprio feminismo. Esse jogo de posições e narrativas, contudo, não será produção autóctone de ativistas religiosos e da direita política partidarizada.

Na verdade, ativistas e lideranças cristãs, tanto católicas como (neo)pentecostais, passam a acionar e explorar politicamente narrativas produzidas por diferentes intelectuais autodenominadas feministas, mas com posições conservadoras oscilantes entre uma visão de mundo tradicional-

⁵ No livro *The Politics of the Veil* (2007), Scott orienta, de forma mais direta, as suas críticas contra a adesão de algumas feministas, no caso, francesas, às políticas de banimento do uso do *hijab* na França.

reacionária e posicionamentos político-econômicos derivados do liberalismo. O aparecimento deste perfil de intelectual, “feminista antifeminista” (HAMMER, 2002), se constitui como uma novidade gestada e partejada ao longo da década de 1980, mas que terá na década de 1990 o seu momento maior de projeção.

Década de 1980 e seus refluxos antifeministas

Ataques misóginos contra as mulheres existem desde tempos imemoriais. Rachel Soihet (1997; 2005; 2008) e Bernadete Flores Ramos (2004) bem sabem disso, pois foram historiadoras pioneiras no estudo dessa matéria. Ataques misóginos contra as mulheres feitos por mulheres, no entanto, são mais recentes; mas, ainda assim, não constituem em si novidade tão surpreendente como também, mais uma vez, Soihet (2008) nos fez saber⁶. De modo igual, é possível dizer sobre os ataques contra os feminismos, ou seja, que eles são antigos tanto quanto o próprio surgimento desse movimento político-filosófico. No entanto, há uma novidade no horizonte: trata-se do surgimento de intelectuais autodeclaradas feministas promovendo ataques contra feministas⁷. É na viragem da década de 1970 para 1980 que esse tipo de intelectual emerge, defendendo a necessidade de um revisionismo “crítico” ao feminismo⁸ e, portanto, advogando em favor de sua superação e do advento de um “pós-feminismo” (FALUDI, 2001).

⁶ É o caso da socióloga Esther Vilar que, nos anos 1970, tornou-se celebridade antifeminista, viajou o mundo, incluindo o Brasil, divulgando seus *bestsellers* O Homem Domado (1972) e O Sexo Polígamo (1974). Hoje, apesar de proscrita, tem sido ressuscitada por políticas conservadoras antifeministas como Campagnolo (2019).

⁷ Para fins de simplificação, adoto a expressão “feministas antifeministas” para me referir a essas intelectuais. O uso de tal expressão se deve ao fato de que, mesmo desferindo ataques constantes aos feminismos não-liberais, anticapitalistas e decoloniais, essas intelectuais permaneceram (e permanecem) se afirmando como feministas. As autodenominações variam individualmente, por exemplo: Camille Paglia já se disse “feminista dissidente” e “feminista libertária” (PAGLIA, 2018); já Sommers durante muito tempo se afirmou como uma “feminista liberal”, mas hoje se autodefine como uma “feminista da liberdade” (*freedom feminist*) (SOMMERS, 2013).

⁸ Nesse mesmo período, desponta bell hooks e o seu livro *Feminist Theory from Margin to Center*, publicado em 1984, nos Estados Unidos. Nele, hooks oferece uma ampla revisão crítica do feminismo, por ela considerado equivocado em várias de suas pautas, sobretudo ao assumir uma agenda restritiva que não dialogava com a realidade de mulheres não-brancas, das classes pobres trabalhadoras, imigrantes e refugiadas, mas, principalmente, das afro-americanas. Também partindo da crítica à *Mística Feminina*, de Betty Friedan, hooks, entretanto, avalia que é necessário um feminismo ainda mais radical, não liberal e anticapitalista, rumo à libertação em relação às opressões capitalistas transfiguradas na forma do racismo e do sexismo. Cf. hooks, 1984.

O tipo de revisionismo ao feminismo que essas mulheres, muitas delas egressas das fileiras de alguns grupos ou agremiações feministas, professavam (e ainda professam) era em torno de temáticas vinculadas à defesa da sexualidade e dos direitos reprodutivos femininos, entre eles, principalmente, defendiam a necessidade da revisão sobre estudos feministas abordando a maternidade (por extensão, o acesso a métodos contraceptivos e a serviços de interrupção da gravidez); a escolarização dos filhos; e, por fim, o estupro e seus temas correlatos (abuso e assédio sexual, incluindo o de crianças – é neste tópico que muitas dessas intelectuais descambam para a crítica à defesa dos direitos das populações homossexuais por elas acusadas de serem pedófilas) (HAMMER, 2002).

Dos três eixos acima elencados (maternidade, escolarização dos filhos e estupro), o último será um dos seus principais cavalos-de-batalha, porque subjacente a essa discussão estará o que consideravam como sendo, na verdade, a defesa das bases de formação da sociedade ocidental, que, segundo essas antifeministas, foi levemente acusada de existir como patriarcado. O debate e o revisionismo, produzidos por autoras antifeministas ao longo da década de 1990 acerca deste assunto e que congregará diretamente o tema da violência contra as mulheres, será feito segundo a lógica da defesa de que é natural, e, portanto, legítimo, aos homens o exercício de sua virilidade. O questionamento aos estudos estatísticos produzidos por feministas sobre os índices de violência contra as mulheres se expressará na forma de denúncias quanto aos usos e supostos abusos dos dados apresentados e analisados, sendo-lhes imputada a acusação de serem estudos falsificados e, portanto, falseadores da realidade, embasados em exageros e até mesmo mentiras supostamente detectadas (PAGLIA, 1990; SOMMERS, 1994; 2000).

As razões para a emergência e a existência de “feministas antifeministas” são incontáveis e vão desde motivações de ordem individual e psicológica (interesse genuíno, curiosidade, rancores e vaidades pessoais) até mesmo, e principalmente, motivos menos subjetivos e mais ligados à disputa por espaços não apenas na universidade, mas, sobretudo, na sociedade. Importa sublinhar que, de fato, muitas dessas intelectuais estiveram ligadas ao movimento feminista, seja de forma pessoal, seja acadêmica, de modo que o universo de produção especializada neste campo lhes circundava

cotidianamente, fazendo com que realmente nutrissem interesses por ele. Entre os diversos possíveis motivos, está também o rancor e a decepção em relação aos rumos que o próprio feminismo, como movimento político-filosófico, tomou, quanto em relação aos imaginados ganhos que estar nesse campo não lhes proporcionou⁹ (FALUDI, 2001).

Neste cenário, vão despontar tanto jornalistas como até mesmo reconhecidas feministas das chamadas 1ª e 2ª ondas do feminismo, a exemplo de Betty Friedan, Germaine Greer e Susan Brownmiller. Responsáveis por alguns dos fundamentos básicos de construção do campo teórico do feminismo acadêmico com a publicação de seus livros, no refluxo dos anos 1980, no entanto, essas mesmas feministas jogaram, no mercado editorial, obras questionando os sentidos e a importância do feminismo, a liberação sexual feminina e reivindicando o reconhecimento da “essência feminina” como um dado que não deveria ter sido jamais questionado (FALUDI, 2001, p. 319 – 322).

Em meio a este ambiente de “autocrítica”, outras intelectuais acadêmicas (de passado feminista duvidoso) pegarão carona e também se assumirão como “feministas antifeministas”. Na condição de professoras universitárias, portanto, inseridas, de modo efetivo e duradouro, nos espaços institucionais de produção de conhecimento, em especial em conceituadas universidades nos Estados Unidos, elas vão optar em fazer dos ataques contra o feminismo, mais do que exercício de docência e de pesquisa, uma profissão de fé em que passam a operar com a atualização de valores conservadores, mascarando-os com um linguajar acadêmico a fim de dissimular seu conteúdo reacionário.

Nesse sentido, elas têm atuado como tradutoras bilaterais, sendo, por um lado, as responsáveis por propor, em termos acadêmicos, certo conservadorismo moral reacionário e, por outro, por decifrar os dialetos acadêmicos para um estilo mais direto, menos especializado e mais popular, visando justamente atingir amplas audiências como forma de barganhar sucesso intelectual e editorial. A combinação desse duplo exercício de tradução virá acompanhada da litania que defende, em nome da verdade, a

⁹Segundo Faludi (2001) e Hammer (2002), é o caso de Camille Paglia (1990) cujas motivações congregam desde expectativas frustradas em relação ao mundo acadêmico, no início de sua carreira, até o rancor e desejo de vingança contra colegas de departamento.

necessidade de um revisionismo das teorias e práticas feministas consideradas corrompidas.

Assim, uma vez enraizadas nas universidades, elas usufruirão do *lugar social*¹⁰ da academia, portanto, da legitimidade conferida pela ciência, para promover um vasto revisionismo do feminismo através da negação de suas bases teóricas e práticas, a exemplo da negação do estupro (*rape denialism*) e da negação das desigualdades econômicas, defendendo abertamente que as mulheres já não precisam mais do feminismo, pois já teriam alcançado plenas condições de igualdade com os homens através do amplo acesso ao mercado de escolarização, graduação e pós-graduação, bem como ao mercado de trabalho (PAGLIA, 1990; SOMMERS, 1994, 2000).

Oriundas de diferentes departamentos, desde os de Medicina e Engenharia chegando até mesmo aos de Literatura e Filosofia, essas intelectuais antifeministas, não raramente, foram alçadas à posição de “*media star*” (HAMMER, 2002, p. 73), seja através de entrevistas para canais de televisão ou jornais de grande credibilidade pública seja através de sucesso de vendagem de seus livros. Figuras como Camille Paglia¹¹, por exemplo, passaram, a partir de 1990, a se tornar tão populares, que é possível afirmar que o seu reconhecimento público que lhes autoriza a falar em nome do feminismo e das feministas, ao invés de ter sido atribuído por seus pares (especialistas acadêmicos), na verdade, foi conquistado midiaticamente da grande audiência massificada.

Além de Paglia, outro exemplo deste tipo de “feminismo antifeminista” acadêmico, bastante atuante nas mídias, é exatamente o de Christina Hoff Sommers. Primeira intelectual a empregar a expressão “feminismo de gênero” e “ideologia feminista de gênero” (SOMMERS, 1990b; 1994), é dela, na verdade, que Dale O’Leary (1996) e Jorge Scala (2011), considerados em

¹⁰Quando adotamos a expressão “lugar social”, estamos nos apropriando de Certeau e assim entendendo que a escrita como produção acadêmica “se articula com um lugar de produção socioeconômico, político e cultural. Implica um meio de elaboração que circunscrito por determinações próprias: uma profissão liberal, um posto de observação ou de ensino, uma categoria de letrados, etc. Ela está, pois, submetida a imposições, ligada a privilégios, enraizada em uma particularidade. É em função deste lugar que se instauram os métodos, que se delinea uma topografia de interesses, que os documentos e as questões, que lhes serão propostas, se organizam.” (CERTEAU, 2011, p. 47)

¹¹Professora universitária nos Estados Unidos que ganhou fama internacional como “feminista antifeminista”, sobretudo no Brasil, a partir de 1990, quando publicou a obra *Sexual Personae* (PAGLIA, 2001). Para uma visão crítica de sua trajetória, cf. Faludi (2001) e Hammer (2002).

consenso nacional como as fontes matriciais para o uso derogatório de gênero no Brasil, tomaram de empréstimo ambas as expressões.

Apesar de ser citada nomeadamente, por O'Leary, uma única vez (O'LEARY, 1996, p. 25), é de Sommers (1994; 2000) que a militante católica extrai a ideia de que um novo feminismo de esquerda, o de gênero, é o responsável por defender e disseminar a perspectiva de gênero cuja advocacia se desdobraria em favor da destruição dos casamentos, da dissolução das famílias, do aborto como cultura (de morte), enfim, de uma "agenda de gênero" a ser cumprida independentemente de ela ser expressão do genuíno desejo das "mulheres comuns".

Empregando literalmente a expressão "feminismo de gênero" (SOMMERS, 1990b; 1990c; 1994), O'Leary assim repete: "O termo 'feministas de gênero' parece muito apropriado para uma coalizão de grupos de interesse em promover a agenda de gênero, já que eles assumiram como objetivo 'incorporar a perspectiva de gênero' em todo programa e política no setor público e privado." (O'LEARY, 1996, p. 4). Adicionalmente, a militante católica reproduz a mesma visão apocalíptica de Sommers (1994), segundo a qual existe em curso uma conspiração feminista, de gênero, que vem conquistando cada vez mais posições de poder lhes permitindo participar, de modo determinante, das tomadas de decisão, não apenas numa dimensão da micropolítica cotidiana (nas universidades), mas principalmente junto aos macros espaços decisórios (nas Nações Unidas).

Deste modo, as "feministas de gênero" estariam, a passos largos, promovendo a sua "agenda de gênero" através de guerras constantes, ora chamadas de "guerras de gênero" (*gender wars*) ora de "guerra cultural" (*cultural wars*) (SOMMERS, 1994; 2000; O'LEARY, 1996). O'Leary (1996) chega até mesmo a seguir a mesma trajetória analítica traçada e trilhada por Sommers para explicar como surgiu o feminismo de esquerda, radical e "de gênero", nos Estados Unidos, cuja nascente remonta à década de 1960 e aos textos de Karl Marx e Friedrich Engels.

No caso de Scala (2011), cujo livro emprega, desde o título, a expressão "ideologia de gênero", ele se apropria de forma mais evidente das formulações analíticas de Sommers (1994) que é citada mais vezes por ele do que o fez O'Leary (1996), repetindo inúmeras vezes tanto a expressão "feminismo de gênero" quanto "ideologia de gênero" que nada mais é do que uma redução

do termo original cunhado por Sommers: “ideologia feminista de gênero” (SOMMERS, 1994).

Em evidente mimetismo, o advogado argentino copia não apenas a trilha analítica da filósofa, mas até mesmo as suas argumentações. Desse modo, ele importa a alegação de que as “feministas de gênero” operam com a mentira e o engano como principais ferramentas metodológicas; que toda a sua teorização é reprodução do pensamento masculino, em especial os de Marx, Engels e Foucault; e, por fim, reporta ao leitor uma visão de futuro catastrófica e apocalíptica, tal qual faz Sommers (1994). Ainda mais fiel que O’Leary (1996), Scala (2011) chega a replicar relatos anedóticos citados pela filósofa, sem se furtar à sua menção. Por todo o seu livro, inegavelmente, ele expõe sua dependência analítica em relação à Sommers, e assim como O’Leary, demonstra o quanto o chamado “feminismo liberal” é conciliável com a moral conservadora cristã.

Christina Hoff Sommers e a "ideologia feminista de gênero"

Sommers iniciou sua trajetória acadêmica como instrutora na Universidade de Massachusetts, em Boston, onde trabalhou por apenas dois anos (de 1978 a 1980); logo, se transferindo para a prestigiada *Clark University* (Worcester, Massachusetts), onde assumiu o posto de professora assistente de Filosofia e lá permaneceu por 17 anos (de 1980 a 1997) (AEI, 2021). Lá, já casada com o renomado filósofo Fred Sommers, com quem desenvolveu profícua parceria profissional, ela deu início a sua trajetória de intelectual pública, lançando seus primeiros artigos e livros que, a princípio, não demonstravam explicitamente interesse por temáticas ligadas ao feminismo.

Na verdade, logo quando começou a lecionar em *Clark*, Sommers costumava se dedicar ao campo da filosofia política, em especial aos estudos sobre moral e ética. Em 1984 e em 1986, em coautoria com seu esposo, ela lança duas coletâneas de textos voltadas para estudantes ingressantes na graduação em Filosofia, respectivamente, *Vice & Virtue in everyday life: introductory readings in ethics* (SOMMERS, 2004) e *Right and Wrong: basic readings in ethics* (SOMMERS, 1986). Ambas repercutiram tão bem que, da versão em *textbook*, logo foram adaptados como livro, sendo, na verdade, publicados até hoje.

No mesmo ano de 1986, Sommers publica, no *Journal of Philosophy*, artigo intitulado *Filial Morality*, também refletindo sobre ética e moral a partir das mudanças interpretativas no campo da filosofia no tocante às obrigações filiais. Neste artigo especificamente, já é possível identificar os traços característicos de sua escrita: crítica meta-analítica, permeada por relatos anedóticos que dão o tom típico, entre a ironia e o sarcasmo, de seus textos. Também nele se destaca certo apego às interpretações tradicionais: a certa altura, ela diz que o seu objetivo é argumentar em favor de que “os filósofos podem discutir sobre a natureza da obrigação filial, mas não sobre a sua realidade” (SOMMERS, 1986, p. 440) e, assim, defende “a tese de que o dever filial de respeitar os próprios pais não é uma ilusão.” (Idem, p. 439)

O seu interesse pelo campo do feminismo parece emergir publicamente apenas a partir do final da década de 1980 quando ela lança o artigo *Should the Academy support Academic Feminism?* (SOMMERS, 1988). Pouco tempo depois, ela publica *The Feminist Revelation* (SOMMERS, 1990a) em que questiona (e duvida) a ideia de que o feminismo contemporâneo seria uma potência radical para a Filosofia. Ainda em 1990, ela lança dois artigos: *Do these feminists like women?* (SOMMERS, 1990b) e *Feminism and the College Curriculum* (SOMMERS, 1990c), onde finalmente apresenta a expressão “feminismo de gênero”.

Em *Do these feminists like women?*, Sommers, em aberta altercação com a também filósofa feminista Marilyn Friedman, se define como uma “feminista liberal” e admite não reprovar todas as feministas; ao contrário disso, ela diz, “minhas críticas são direcionadas para uma popular escola de pensamento à qual ela [Friedman] e muitas outras feministas acadêmicas pertencem, uma escola que eu chamo de feminismo de gênero” (SOMMERS, 1990b, p. 66) Afirmando-se como uma “feminista liberal”, ela garante que “não é parte da agenda das feministas liberais mudar os desejos e aspirações das mulheres – especialmente quando esses desejos e essas aspirações se formaram numa sociedade aberta e democrática”, pois, segundo ela, “as feministas liberais buscam igualdade legal para as mulheres e igualdade de oportunidade na educação e no local de trabalho (Idem, ibidem).

Por outro lado, Sommers afirma que, ao contrário das “feministas liberais”,

As feministas de gênero acreditam que as mulheres constituem uma classe oprimida dentro de um sistema de opressão: o que aflige as mulheres não pode ser curado meramente alcançando igualdade de oportunidade. Como uma classe, as mulheres são vistas politicamente como em desacordo com o patriarcado que as oprime. Do ponto de vista do feminismo de gênero, o movimento liberal pela paridade e contra a discriminação perde de vista o ponto principal. A feminista de gênero possui uma perspectiva radical (SOMMERS, 1990b, p. 66).

E quem são as “feministas de gênero” para Sommers? Assim, ela define:

Chamo qualquer uma que adota a perspectiva de sexo/gênero na realidade social de feminista de gênero. [...]. A convicção de que toda cultura e sociedade deve ser vista em termos de um sistema de dominação masculina informa a luta feminista contra o patriarcado e a androcentricidade em todos os aspectos da vida (Idem, ibidem).

Neste mesmo artigo, Sommers ironiza a existência de uma forma de conhecer o mundo, ou de fazer ciência, que seja próprio das mulheres e assim, reafirma o seu compromisso por um ideal de ciência universal e assexuada, lamentando que “teóricas feministas comparem a si mesmas com Copérnico ou Darwin” e confessa a sua tristeza “em ver que as feministas de gênero têm provado ser tão atraentes para tantas acadêmicas feministas” (SOMMERS, 1990b, p. 66).

Segundo a filósofa, a “perspectiva de sexo/gênero” tem produzido maus frutos, sobretudo no âmbito intelectual, porque “tem levado a reivindicações em favor de uma ‘transformação da academia’ e da “busca por um ‘modo de conhecimento específico da mulher”” (SOMMERS, 1990b, p. 66). Sob este mesmo argumento, ela também desenvolve o artigo *Feminism and the College Curriculum*, que, na verdade, é muito mais um panfleto mensal (*speech digest*) da *Hillsdale College*¹² do que propriamente um artigo acadêmico. Nele, Sommers traça um cenário assustador para a educação superior nos Estados Unidos, em razão do que ela considera um avanço da presença de “feministas de gênero” neste ambiente de ensino. Em apenas 4 páginas, a autora apresenta um mapeamento de como o “novo ‘feminismo de gênero”” vem se tornando hegemônico na docência e na pesquisa; e que, por carregar uma visão ideológica do mundo, seria o responsável pelo avanço da decadência intelectual naquele país (SOMMERS, 1990c).

¹² Uma das *colleges* mais tradicionais nos Estados Unidos, fundada em Michigan, em 1844, por lideranças da Igreja Batista. Cf. <https://www.hillsdale.edu/about/history/>

Fazendo uso de citações bastante recortadas e delimitadas (portanto, descontextualizadas), extraídas de textos e obras de feministas consagradas como é o caso de Simone de Beauvoir, Sommers sustenta que “a literatura feminista de gênero está repleta de propostas de abolição do casamento e da família em favor das várias formas de androgenia ou bissexualidade” (SOMMERS, 1990c, p. 2) e assevera: “Guerra tem sido declarada, não contra a desigualdade, mas contra o gênero” (Idem, ibidem). Com base neste tipo de argumentação, ela, então, refuta que o “feminismo de gênero” seja responsável por iniciar e dar curso a uma nova revolução epistemológica; pois, em sua concepção, as “feministas de gênero” teriam tão somente cometido um “grave assalto às normas científicas e intelectuais” (Idem, p. 4).

Deste modo, ela defende que o “feminismo de gênero” seja refutado no ambiente acadêmico, tendo em vista a sua perspectiva ideológica e não-científica. Comparando-o à “ciência ariana” (Idem, p. 4), Sommers advoga insistentemente em favor da ideia de que “o feminismo de gênero não é, como temos visto, produto de pesquisa acadêmica consistente. Ele é doutrinário e político, sem sustentação de base” (Idem, ibidem).

Em 1993, ela publica, no livro organizado pelo filósofo James Sterba, *Morality in Practice*, o artigo *Philosophers against the family* em que retoma e reforça suas interpretações hiperbólicas sobre o que ela acredita ser os elementos centrais do que chama “novo feminismo de gênero”: a abolição do casamento, a destruição da família nuclear e a defesa de uma sociedade sem gênero onde é possível que as práticas sexuais pululem ao sabor das veleidades individuais, levando a ordem social a se perder através de um estado de anarquia sexual (SOMMERS, 1993).

No ano seguinte, em 1994, Sommers reúne todos os seus artigos lançados até então e decide compilá-los para uma publicação única em formato de livro que ganha, como título, a provocativa chamada *Who Stole Feminism? How women betrayed women*. Partindo, então, desde a capa, do pressuposto de que o feminismo foi roubado e de que há mulheres responsáveis por trair outras mulheres, o livro se mostra como a forma “madura” do pensamento de Sommers. Ao longo de suas 322 páginas, a filósofa retoma seus próprios artigos; destila seus ataques contra o feminismo e, em especial, contra o que ela nomeia de “feminismo de gênero”; e oferece um mapeamento do avanço do feminismo nas universidades estadunidenses

através da implantação dos cursos de *Women's Studies*. Apresentando uma visão profundamente negativa deste processo, Sommers aponta nomes e obras, por ela, responsabilizados como culpados pela decadência teórica e metodológica que, em sua perspectiva, tem acometido as universidades americanas desde pelo menos a década de 1970 quando, segundo ela, se deu o advento do “feminismo de gênero”.

Do ponto de vista teórico-metodológico, o livro não traz novidades se comparado com os seus próprios artigos anteriormente publicados em revistas especializadas. Nesse sentido, ele se mostra em algumas partes como uma espécie de exercício de autoplágio, turbinado com acréscimos, a exemplo, dos capítulos abordando as pesquisas sobre estupro (Cap. 10) e o que ela chama de “mito do contra-ataque” (cap. 11) em que a filósofa se reserva ao direito de resposta à Faludi (2001), embora não tenha sido por ela analisada.

Sommers (1994), então, se repete em sua abordagem que combina meta-análise, recheada de críticas mordazes sobre autoras e obras por ela chamadas de “feminismo de gênero” com relatos anedóticos de situações e diálogos dos quais participou ativa e presencialmente, seja como entrevistadora seja como observadora. Apesar de não declarado literalmente, o seu objetivo principal acaba se mostrando como sendo o de oferecer um vasto revisionismo sobre as obras mais populares publicadas por feministas que alcançaram êxito acadêmico e/ou editorial. Nesse sentido, ela segue numa cruzada intelectual refutando autoras e obras como falseadoras da realidade, cujo método principal, se não é o uso direto da mentira, é, pelo menos, a distorção e a má interpretação de dados estatísticos para alcançar resultados previamente acertados como comprovadores da tese que preconiza a existência de um “sistema de sexo/gênero”, chamado de patriarcado, e que, segundo Sommers, nada mais é do que uma invenção exagerada de uma ala bastante específica dentro do feminismo que são as “feministas de gênero”.

Neste rumo, reducionista e simplificador, segue Sommers (1994) avaliando negativamente as obras de feministas consagradas, a exemplo de Gloria Steinem, que são acusadas de preconizar “guerras de gênero” e de, assim, promoverem a dissensão social:

O feminismo americano é atualmente dominado por um grupo de mulheres que procuram persuadir o público de que as mulheres

americanas não são as criaturas livres que acreditamos que elas são. As líderes e teóricas do movimento de mulheres acreditam que nossa sociedade é mais bem descrita como um patriarcado, uma "hegemonia masculina", um "sistema de sexo/gênero" no qual o gênero dominante trabalha para manter as mulheres encolhidas e submissas. As feministas que sustentam esta visão cindida de nossa realidade social e política acreditam que estamos em uma guerra de gênero, e elas estão ansiosas para divulgar histórias de atrocidade que são projetadas para alertar as mulheres sobre a sua difícil situação. As "feministas de gênero" (como eu as chamarei) acreditam que todas as nossas instituições, do Estado à família e às escolas primárias, perpetuam o domínio masculino. Acreditando que as mulheres estão praticamente sob cerco, as feministas de gênero naturalmente procuram recrutas para o seu lado da guerra de gênero. Elas buscam apoio. Elas buscam vindicação. Buscam munição. (SOMMERS, 1994, p. 16)

Ao longo dos capítulos seguintes, Sommers segue acusando as "feministas de gênero" de disseminadoras de mentiras. Sempre colocado como o lado mau¹³ do feminismo contemporâneo e, portanto, em oposição ao "feminismo liberal", herdeiro único de Elizabeth Cady Stanton e de Susan B. Anthony, a definição para "feminismo de gênero", dada por Sommers (1994), na verdade, não é muito complexa. Para ela, "feminismo de sexo/gênero ('feminismo de gênero', em resumo) é a ideologia prevalecente entre filósofas e líderes feministas contemporâneas. Mas ele carece de uma ancoragem de base." (SOMMERS, 1994, p. 22); sendo que a própria Sommers não chega a aprofundar a sua definição, incorrendo na mesma falha que ela acusa as "feministas de gênero" de cair.

À medida que Sommers (1994) vai apontando características para o que nomeia de "feminismo de gênero", ela também segue, ao mesmo tempo, indicando traços para o que chama de "ideologia feminista de gênero". No cômputo geral, o que fica como definição para ambas as expressões, "feminismo de gênero" e "ideologia feminista de gênero", é que elas só são definidas através de um combinado de aspectos que se resume na ideia de que se trata de algo falseador, porque ideológico e particular e não teórico/científico e universal. Deste modo, a filósofa, que acusa as "feministas

¹³ Muito antes de Sommers, Esther Vilar (1971; 1974) concebeu o feminismo a partir de uma visão bipartite e maniqueísta em que haveria um "bom feminismo" e um "mau feminismo", ou um "feminismo masculino" (o feminismo das feministas engajadas em movimentos sociais) e um "feminismo feminino" (praticado por mulheres, como a própria Vilar se dizia, que saberiam conquistar o que precisam sem recorrer à luta política). Vilar, também assumidamente liberal, enxergava em Marx, Engels, Sartre e Foucault os verdadeiros "pais do feminismo" de esquerda, chegando, inclusive, a afirmar que as obras de Beauvoir, na verdade, seriam de autoria de Sartre.

de gênero” de carecer de ancoragem teórica e metodológica, também se apresenta como padecendo deste mesmo mal.

Prometendo ao público oferecer a verdade que fora falseada pelas “feministas de gênero”, Sommers acaba desembocando em posições negacionistas e por todo o livro segue negando: nega que haja violência doméstica grave; nega que o estupro seja crime recorrente; nega que existam desigualdades entre mulheres e homens (na verdade, hoje, as mulheres seriam mais privilegiadas do que os homens, sobretudo no mercado escolar e universitário); nega que haja desigualdade salarial entre homens e mulheres (as mulheres por preferência inata pelo casamento, família e filhos é que optariam em escolher profissões menos exigentes, e, portanto, menos remuneradas). Por cima de todas essas negações, ela afirma que estudos, relatórios e reportagens investigativas apontando para a existência dessas problemáticas são, na verdade, produtos de uma visão de mundo distorcida pela perspectiva de gênero que, em si, não passa de uma ideologia porque nega a realidade.

Objetivamente, Sommers define mal uma expressão e outra, conforme destacamos: “A ideologia feminista de gênero afeta as mulheres muito mais profundamente. Muitas estão ‘convertidas’ a uma visão de sociedade que elas habitam como se fosse um sistema patriarcal de opressão. Para a maioria, isto acontece na faculdade. [...]” (SOMMERS, 1994, p. 47) e segue citando o caso de uma estudante graduada em estudos femininos por Vassar¹⁴ que lhe relatou como se deu o contato com os estudos de gênero.

Sem detalhar critérios de escolha das *colleges* (histórico e missão institucional ou mesmo se são conservadoras, ou liberais, ou progressistas) e das pessoas entrevistadas (origem familiar, lugar social) e muito menos sem informar técnicas e procedimentos de entrevista adotados, Sommers apenas retrata o processo como se fosse fruto de uma conversão, nos mesmos termos em que ocorre uma conversão religiosa. Ao fim, ela nivela os estudos de gênero a um dogma e chama as suas formas de apropriação de doutrinação. Ao complementar o seu entendimento sobre a tal “ideologia feminista de gênero”, ela diz: “A ideologia feminista de gênero sustenta que a ameaça física à mulher é uma norma” e com isto, identifica mais um ingrediente da

¹⁴ Vassar College (Nova York), fundada em 1861, é também uma das *colleges* mais tradicionais e renomadas nos Estados Unidos. Cf. <http://info.vassar.edu/about/vassar/history.html>

“doutrina feminista de gênero”, a de que a perspectiva de gênero nada mais é do que um instrumento de guerra cultural social, posicionando mulheres contra homens, numa constante guerra de gênero em que os homens, injustamente, são vistos como inimigos e estupradores, por natureza (SOMMERS, 1994, p. 188).

Outra característica do “feminismo de gênero”, segundo Sommers, seria a sua viragem epistemológica contrária ao liberalismo em que acadêmicas feministas cruzaram fronteiras teóricas e combinaram Herbert Marcuse, Karl Marx, Frantz Fanon e Jean Paul Sartre, vindo posteriormente a adicionar os pós-estruturalistas (Foucault e Derrida, citados nomeadamente) em um “caldo teórico”. Só assim, ela avalia, foi possível conceber uma visão de mundo em que as sociedades se encontrariam em meio a uma “guerra cultural” traduzida pela perspectiva feminista de esquerda como sendo uma “guerra de gênero” (SOMMERS, 1994, p. 23). Logo, para Sommers, a nascente do “feminismo de gênero” se deu exatamente na transição da década de 1970 para a década de 1980, quando várias feministas (de Betty Friedan a Kate Milliet, passando por Germaine Greer) começaram a enxergar política nas relações sexuais, dando as costas para as interpretações herdeiras do iluminismo e do liberalismo clássico.

De 1994 para cá, a sua popularidade só tem aumentado. Para ter uma ideia de seu sucesso, basta fazer uma rápida pesquisa nos principais buscadores da internet e é lá onde encontraremos Sommers mais popular do que nunca. Mesmo aposentada da *Clark University*, ela vem conseguindo comprovar sua vitalidade intelectual, tendo se tornado, a partir de 1997, professora do *American Enterprise Institute* (AEI) que apoia e mantém, na plataforma audiovisual do *Youtube*, o canal de vídeos, *Factual Feminist*, onde Sommers acumula mais de 58 vídeos publicados. No *Factual Feminist*, a filósofa atualiza frequentemente as suas diatribes contra os feminismos, abordando desde o que ela chama de “feminismo tóxico” até o feminismo interseccional, passando pelo “feminismo de olimpíada de opressões” (SOMMERS, 2021).

Atualmente, ao invés de se dizer “feminista liberal”, ela adota o eufemismo “feminista da liberdade” (*freedom feminist*) para definir suas posições, ao mesmo tempo, reacionárias e liberais (SOMMERS, 2013). Contudo consideramos que, na verdade, não se trata de feminismo nenhum e, sim,

apenas liberalismo com foco ampliado nas mulheres, visando a sua despolitização e, forçando a sua conversão aos valores do mercado e do capitalismo. No instante em que perceberam as mulheres potencialmente organizadas numa perspectiva transnacional através dos feminismos, forças políticas conservadoras e liberais, por meio de seus organismos internacionais de endividamento mundiais (a exemplo do FMI, do Banco Mundial, e até mesmo das Nações Unidas), optaram por investir nestes novos sujeitos políticos. Assumindo artificialmente certo protagonismo político ao estabelecer canais de diálogo e de financiamento em favor de vários movimentos e coletivos feministas, tais organismos passaram a financiar ações de “empoderamento” e assim se arrogaram a condição de praticantes da mesma linguagem dos feminismos não liberais e anticapitalistas (ARRUZZA et. al., 2019).

Dito isto, o que Sommers oferece às mulheres não é feminismo. Nunca o foi. Na verdade, trata-se do mesmo e velho liberalismo, agora com foco nas mulheres. O recurso à nomes como os de Mary Wollstonecraft e o de Elizabeth Stanton serve tão somente para reivindicar o liberalismo como feminismo. Sem, no entanto, explorar densamente a sua produção intelectual e sem demonstrar se, de fato, elas eram e o quanto eram liberais reacionárias e antifeministas, Sommers opera com a canonização dessas personagens históricas, alçando-as à posição de mitos, apenas para comprovar a suposta existência de um feminismo verdadeiro e legítimo que seria o "feminismo liberal", herdeiro da tradição burguês-iluminista.

Desde a sua consolidação como movimento político-filosófico, os feminismos têm assumido, em suas fileiras, teorias e práticas combativas das desigualdades fundadas a partir de um conjunto de saberes, práticas e símbolos que operam em favor da normatização e do funcionamento das hierarquias sociais, políticas e econômicas com base numa ideia bastante restritiva de diferença sexual. A proposta de oferecer um feminismo que luta apenas para assegurar a igualdade de acesso a direitos humanos básicos (como educação, saúde e trabalho), sem discutir as estruturas onde esse acesso terá que funcionar, é extremamente enganosa. É falacioso reivindicar a proposição de um “feminismo liberal” que não combata as formas como as sociedades se organizam e se hierarquizam, ignorando as disposições de poder distribuídas em função dos papéis e das relações sexuais construídos e

exigidos socialmente. Um feminismo que reivindica apenas que portas sejam derrubadas é insuficiente, sobretudo no atual contexto de enfrentamento de uma pandemia e de seus refluxos (VERGÈS, 2020). É preciso um feminismo que derrube portas, mas que também permita a reorganização dos espaços para que, de fato, hierarquias e normatizações sejam reconstruídas a partir de um ideal mais amplo de democracia e de igualdade (social, política e econômica).

Guczalska, ao analisar Sommers (1994) e o seu aparato teórico e metodológico, considerou que *Who Stole Feminism?* carece profundamente de sofisticação teórica, e, portanto, está longe de se enquadrar como uma análise objetiva e perspicaz do discurso filosófico (GUCZALSKA, 2016, p. 390) e, deste modo, a obra acaba por se constituir naquilo que critica, ou seja, não passa de um ataque ideológico. Para Guczalska, “a argumentação de Sommers não é uma notável teoria filosófica, nem mesmo boa” e o livro, “sequer é uma análise sociológica sólida.”, nada mais que “um exemplo do chamado jornalismo engajado” (Idem, 2016, p. 391).

Tendemos a concordar com Guczalska (2016), afinal, o mínimo que poderia se esperar de uma filósofa seria uma demonstração, ainda que mínima, de diálogo com o campo epistemológico do qual ela reivindica autoridade. No entanto, discordamos de sua avaliação que considera a obra apenas “exemplo de um jornalismo engajado”, dado o fato de que o lugar social de Sommers é principalmente o da academia. Se o livro (SOMMERS, 1994) realmente carece de sofisticação teórica, de profundidade analítica e de uma maior densidade metodológica, isto não significa que ele não seja um produto teórico-acadêmico. Ele o é, de muita pouca qualidade, mas é. Na verdade, entendemos que a abordagem adotada se constituiu muito mais como opção do que expressão de incompetência ou insuficiência intelectual. A escolha por lançar mão da linguagem e do formato jornalístico, em sua escrita, teve como finalidade ampliar ao máximo a sua audiência e popularidade. Não à toa, foi somente após o lançamento de *Who Stole Feminism?* que Sommers alçou a posição de uma das intelectuais “feministas antifeministas” mais populares e vendáveis, atingindo audiência internacionalmente.

Nesse sentido, preferimos acompanhar Hammer, em sua análise, quando diz que o formato e a abordagem teórico-metodológica de Sommers

(1994) se trata muito mais de uma ardilosa estratégia discursiva que se assemelha com a personagem de uma história costumeiramente contada por Alfred Hitchcock: um MacGuffin. Nas palavras de Hammer: trata-se de “um dispositivo vazio adotado em tramas para distrair o público do reconhecimento de uma série complexa de questões urgentes.” (HAMMER, 2002, p. 59). Do mesmo modo, as narrativas fabricadas por Sommers, repetidas e exploradas politicamente até hoje, à exaustão, nada mais são do que uma distração que retira o foco daquilo que é central nos estudos de gênero. A invenção de elementos inexistentes, mas que são reiteradamente atribuídos às feministas e aos estudos de gênero, cumprem com a mesma finalidade de um MacGuffin original: a de aprisionar quem é vista/o como oponente (Idem, ibidem).

Considerações Finais

Neste artigo, não se buscou as origens das expressões “ideologia de gênero” e “feminismo de gênero” como mero exercício de uma já bem criticada obsessão que, por vezes, costuma acometer à comunidade de historiadoras/es. Tampouco se trata aqui de algum tipo de culto ao “ídolo das origens” (BLOCH, 2001, p. 56). Antes, cientes de que “nunca se explica plenamente um fenômeno histórico fora do estudo do seu momento” (Idem, p. 60), buscamos mostrar que a suposta oposição entre liberais e conservadores é apenas aparente.

Através da obra da filósofa Christina Hoff Sommers, buscamos demonstrar que o “feminismo liberal”, defensor das pautas feministas como forma de ampliar o capitalismo numa perspectiva civilizatória e empresarial por meio de ações de “empoderamento” feminino, é o mesmo que se concilia com forças conservadoras e combate o avanço das lutas e das conquistas de trabalhadoras/es. Assim, entendemos que o chamado “feminismo liberal” (ou “da liberdade”) é insuficiente e imprestável para diferentes populações porque fantasia a diferença sexual em termos biológicos e a-históricos como forma de confirmar hierarquias sociais que são, ao mesmo tempo, hierarquias sexuais.

O tal “feminismo liberal”, preconizado por intelectuais como Sommers, é aquele que faz dos feminismos, por um lado, instrumento de negação das

opressões e desigualdades sob o capitalismo; e de outro, meio de dominação e atualização das velhas estratégias do colonialismo de gênero (LUGONES, 2008). Este “feminismo liberal” é o mesmo que sempre aponta no “outro” as deficiências e as disfuncionalidades das relações entre os sexos, para fora de sua própria realidade histórica e cultural, defendendo a aplicação de políticas sexuais e de gênero sempre no além-lugar, nunca no aqui, posto que é produzido e se anuncia a partir de uma posição superior que dissimula em si desejos civilizatórios e imperialistas.

Referências

AMERICAN ENTERPRISE INSTITUTE. **Christina HoffSommers**. Perfil, 2021. Disponível em: <https://www.aei.org/profile/christina-hoff-sommers/>. Acesso em: 15 mar. 2021.

ARRUZZA, C.; BHATTACHARYA, T.; FRASER, N. **Feminismo para os 99%**: um manifesto. São Paulo: Boitempo, 2019.

BLOCH, M. **Apologia da História**, ou do ofício do historiador. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BARDIN L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BUTLER, J. **Undoing Gender**. New York; London: Routledge, 2004.

CAMPAGNOLO, A. C. **Feminismo**: perversão e subversão. Campinas: Vide Editorial, 2019.

CERTEAU, M. de. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.

DIP, A. **Em nome de quem?** A bancada evangélica e seu projeto de poder. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

FALUDI, S. **Backlash**: o contra-ataque na guerra não-declarada contra as mulheres. Rio de Janeiro: Rocco, 2001.

FLORES, M. B. R. O pensamento antifeminista, a querela dos sexos. **História Revista**. V. 9, n. 2, pp. 227–252, jul./dez. 2004.

GARRAIO, J.; TOLDY, T. “Ideologia de Gênero”: origem e disseminação de um discurso antifeminista. **Mandrágora**. V. 26, n. 1, pp. 129–155, 2020.

GINZBURG, C. **Mitos, emblemas, sinais** – morfologia e história. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GUCZALSKA, K. Gender Feminism in the thought of Christina Hoff Sommers. A critique. **Res Publica. Revista de História de las Ideas Políticas**. V. 19, n. 02, pp. 389–398, 2016. Disponível em:

<https://revistas.ucm.es/index.php/RPUB/article/view/53871>. Acesso em: 15/03/2021.

HAMMER, R. Anti-feminists as media celebrities. **Review of Education, Pedagogy and Cultural Studies**. V. 22, n. 3, pp. 207–222, 2000. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/pdf/10.1080/1071441000220303>. Acesso em: 15/03/2021.

HAMMER, R. **Antifeminism and Family Terrorism**. A critical feminist perspective. New York: Rowman & Littlefield Publishers, 2002.

hooks, b. **Feminist Theory from margin to center**. Boston: South End Press, 1984.

HUNTINGTON, S. **O Choque de Civilizações e a Recomposição da Ordem Mundial**. Rio de Janeiro: Objetiva, 1997.

LACERDA, M. B. **O novo conservadorismo brasileiro: de Reagan a Bolsonaro**. Porto Alegre: Zouk, 2019.

LUGONES, M. Colonialidad y Género. **Tábula Rasa**. Bogotá, n. 09, pp. 73–101, 2008.

MACHADO, M. das D. C. O discurso cristão sobre a “ideologia de gênero”. **Estudos Feministas**. Florianópolis, v. 26, n. 2, pp. 1–18, 2017.

MISKOLCI, R. Exorcizando um fantasma: os interesses por trás do combate à “ideologia de gênero”. **Cadernos Pagu** 2018, n. 53. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/18094449201800530002>. Acesso em: 17 jun. 2021.

MISKOLCI, R.; CAMPANA, M. “Ideologia de Gênero”: notas para a genealogia de um pânico moral. **Revista Sociedade e Estado**. V. 32, n. 3, Set./Dez. 2017, pp. 725–747. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/Ns5kmRtMcSXDY78j9L8fMFL/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 15/05/2021.

O’LEARY, D. **A Agenda de Gênero: redefinindo a igualdade** (versão condensada). Lafayette: Vital Issues Press, 1997. Disponível em: <http://acordaterradesantacruz.com.br/wp-content/uploads/2013/03/Agenda-de-Genero-grp.pdf>. Acesso em 15 jan. 2021.

PAGLIA, C. **Sexual Personae** – art and decadence from Nefertiti to Emily Dickinson. Pennsylvania: Yale University Press, 2001.

PAGLIA, C. **Mulheres Livres, Homens Livres: sexo, gênero & feminismo**. Lisboa: Quetzal, 2018.

SANTOS, F. R. C. dos. O que se entende por retórica da Guerra cultural. **Domínios de Linguagem**. Uberlândia, v. 15, n. 1, p. 180–227, jan. – mar. 2021.

SCALA, J. **Ideologia de Gênero: o neototalitarismo e a morte da família**. São Paulo: Katechesis, 2011.

SCOTT, J. W. **The Politics of the Veil**. Princeton: Princeton University Press, 2007.

SCOTT, J. W. Os Usos e Abusos do Gênero. **Projeto História**. São Paulo, n. 45, p. 327–351, Dez. 2012.

SCOTT, J. W. Fantasias do Milênio: o future do gênero no século XXI. **Revista de Gênero e Tecnologia**. Curitiba, v. 12, n. 39, p. 319–339, jan./jun. 2019.

UNITED NATIONS (UN). **Report of the Informal Contact Group on Gender:** note by the secretariat. Digital Library, 1995. Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/198965?ln=en>. Acesso em: 20 mai. 2021.

SOIHET, R. Mulheres investindo contra o feminismo: resguardando privilégios ou manifestação de violência simbólica? **Estudos de Sociologia**. Araraquara, v. 13, n. 24, pp. 191 – 207, 2008.

SOIHET, R. Zombaria como arma antifeminista: instrumento conservador entre libertários. **Estudos Feministas**. Florianópolis, v. 13, n. 3, pp. 591 – 611, set – dez 2005.

SOIHET, R. Violência simbólica: saberes masculinos e representações femininas. **EstudosFeministas**. Florianópolis, v. 5, n. 1, pp. 7 – 29, 1997.

SOMMERS, C. H. **Factual Feminist**. Canal da *American Enterprise Institute*. 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=1HX1Ae-ZJgs&list=PLytTJqkSQqtr7BqC1Jf4nv3g2yDfu7Xmd>. Acesso em: 20/06/2021.

SOMMERS, C. H. **Freedom Feminism:** its surprising history and why it matters today. Washington DC: AEI Press, 2013.

SOMMERS, C. H. **The War against Boys:** how misguided feminism is harming our young men. New York: Simon & Schuster Paperbacks, 2000.

SOMMERS, C. H. **Who stole feminism?** How women have betrayed women. New York: Simon & Schuster Paperbacks, 1994.

SOMMERS, C. H. Philosophers against the family. IN: STERBA, James P. **Morality in Practice**. California: Wadsworth, 1993, pp. 231 – 235.

SOMMERS, C. H. The Feminist Revelation. **Social Philosophy and Policy**. V. 8, n. 1, pp. 141–158, 1990a. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/journals/social-philosophy-and-policy/article/abs/feminist-revelation/BE71D95FE39E15438ECF0AC583E3E863>. Acesso em: 15/05/2021.

SOMMERS, C. H. Do these feminists like women? **Journal of Social Philosophy**. V. 21, n. 2, Setembro de 1990b, p. 66–74. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/j.1467-9833.1990.tb00278.x>. Acesso em: 15 abr. 2021.

SOMMERS, C. H. Feminism and the College Curriculum. **Imprimis**. V. 19, n. 6, p. 1–7, Junho 1990c. Disponível em: <https://imprimis.hillsdale.edu/wp-content/uploads/2016/11/Feminism-and-the-College-Curriculum-June-1990.pdf>. Acesso em: 20 mai. 2021.

SOMMERS, C. H. Should the Academy support Academic Feminism? **Public Affairs Quarterly**. V. 2, n. 3, p. 97–120, July 1988. Disponível em:

<https://www.jstor.org/stable/40435687?refreqid=excelsior%3Ace9e6bf86bd2b7ed6e11d4af849b026c>. Acesso em: 15 mai. 2021.

SOMMERS, C. H. Filial Morality. **The Journal of Philosophy**. V. 83, n. 8, p. 439 – 456, Agosto de 1986. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/2026329>. Acesso em: 15 mai. 2021.

SOMMERS, C. H.; SOMMERS, F. **Right and Wrong**: basic readings in ethics. San Diego: Harcourt Brace Jovanovitch, 1986.

SOMMERS, C. H. **Vice & Virtue in Everyday life**: introductory readings in ethics. San Diego: HartcourtBraceJovanovitch, 1984.

VILAR, E. **O Homem Domado**. Rio de Janeiro: Nórdica, 1972.

VILAR, E. **O Sexo Polígamo**: o direito do homem a duas mulheres. Rio de Janeiro: Nórdica, 1974.